

**INSTITUTO
SEGURANÇA
SOCIAL**

Porto

**DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
DAS
INSTITUIÇÕES PARTICULARES DE
SOLIDARIEDADE SOCIAL**

ANO DE

2014

DENOMINAÇÃO CENTRO SOCIAL PAROQUIAL DO CARVALHIDO

MORADA Praça Exército Libertador

N. 53 **ANDAR** **LOCALIDADE** Carvalhido

FREGUESIA Ramalde

CONCELHO Porto

COD. POSTAL 4250-205

EM ____ / ____ / ____

(Assinat

A DIRECÇÃO:

APROVADO EM ASSEMBLEIA GERAL

DATA: _____, _____

ASSINATURAS:

ASSINATURA DO PRESIDENTE

CENTRO SOCIAL E PAROQUIAL DO CARVALHIDO
BALANÇO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2014

Contribuinte: 500886024
Moeda: (Valores em Euros)

RÚBRICAS	NOTAS	DATAS	
		31 DEZ 2014	31 DEZ 2013
ACTIVO			
Activo não corrente			
Activos fixos tangíveis	5	3 604,43	42,68
Bens do património histórico e artístico e cultural		0,00	0,00
Propriedades de investimento		0,00	0,00
Activos intangíveis		0,00	0,00
Investimentos financeiros	11.15	8,56	0,00
Fundadores/beneméritos/patrocinadores/doadores/associados/membros		0,00	0,00
		3 612,99	42,68
Activo corrente			
Inventários	6	51,72	74,42
Clientes e Utentes	11.1	0,00	25,00
Adiantamentos a fornecedores		0,00	0,00
Estado e outros entes públicos	11.8	429,99	0,00
Fundadores/beneméritos/patrocinadores/doadores/associados/membros		0,00	0,00
Outras contas a receber	11.2	0,00	200,00
Diferimentos	11.3	5 207,02	5 816,59
Outros activos financeiros	11.4	3 381,30	40 000,00
Caixa e depósitos bancários	11.5	180 726,66	129 263,37
		189 796,69	175 379,38
Total do activo		193 409,68	175 422,06
FUNDOS PATRIMONIAIS E PASSIVO			
Fundos patrimoniais			
Fundos	11.6	3 811,21	3 811,21
Excedentes técnicos		0,00	0,00
Reservas		0,00	0,00
Resultados transitados	11.6	130 761,86	130 726,72
Excedentes de revalorização		0,00	0,00
Outras variações nos fundos patrimoniais		0,00	0,00
		134 573,07	134 537,93
Resultado líquido do período		20 511,00	35,14
Total do fundo de capital		155 084,07	134 573,07
Passivo			
Passivo não corrente			
Provisões		0,00	0,00
Provisões específicas		0,00	0,00
Financiamentos obtidos		0,00	0,00
Outras contas a pagar		0,00	0,00
		0,00	0,00
Passivo corrente			
Fornecedores	11.7	186,96	557,83
Adiantamentos de Clientes		0,00	0,00
Estado e outros entes públicos	11.8	5 737,52	6 612,35
Fundadores/beneméritos/patrocinadores/doadores/associados/membros		0,00	0,00
Financiamentos obtidos		0,00	0,00
Diferimentos	11.3	737,44	748,25
Outras contas a pagar	11.9	31 663,69	32 930,56
Outros passivos financeiros		0,00	0,00
		38 325,61	40 848,99
Total do passivo		38 325,61	40 848,99
Total dos fundos patrimoniais e do passivo		193 409,68	175 422,06

A Direcção

CENTRO SOCIAL E PAROQUIAL DO CARVALHIDO
 DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS POR NATUREZAS
 PERÍODO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2014

Contribuinte : 500886024

Moeda : EUROS

RENDIMENTOS E GASTOS	NOTAS	PERÍODOS	
		2014	2013
Vendas e serviços prestados	7	45 156,15	43 695,18
Subsídios, doações e legados à exploração	8 e 11.10	275 282,98	237 409,21
Variação nos inventários da produção		0,00	0,00
Trabalhos para a própria entidade		0,00	0,00
Custos das mercadorias vendidas e das matérias consumidas	6	15 409,72	18 045,97
Fornecimentos e serviços externos	11.11	62 762,90	37 763,61
Gastos com o pessoal	9	223 593,77	236 050,22
Ajustamentos de inventários (perdas/reversões)		0,00	0,00
Imparidade de dívidas a receber (perdas/reversões)		0,00	0,00
Provisões (aumentos/reduções)		0,00	0,00
Provisões específicas (aumentos/reduções)		0,00	0,00
Outras imparidades (perdas/reversões)		0,00	0,00
Aumentos/reduções de justo valor		0,00	0,00
Outros rendimentos e ganhos	7 e 11.12	5 693,45	11 700,72
Outros gastos e perdas	11.13	3 247,96	389,30
Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento de impostos		21 118,23	556,01
Gastos/reversões de depreciação e de amortização	5	607,23	520,87
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)		20 511,00	35,14
De financiamentos obtidos		0,00	0,00
Juros e gastos similares suportados		0,00	0,00
Resultados antes de impostos		20 511,00	35,14
Imposto sobre o rendimento do período		0,00	0,00
Resultado líquido do período		20 511,00	35,14

A Direcção

O Responsável

DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS POR FUNÇÕES

PERÍODO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2014

RENDIMENTOS E GASTOS	NOTAS	Creche	Jardim de Infância	Centro de Convívio	PERÍODOS	
					2014	2013
Vendas e serviços prestados	7	11 685,73	33 470,42	0,00	45 156,15	43 695,18
Custo das vendas e dos serviços prestados	6, 9 e 11.11	65 169,88	196 088,97	4 063,79	265 322,64	254 096,19
Resultado Bruto		-53 484,15	-162 618,55	-4 063,79	-220 166,49	-210 401,01
ISS, IP - Centro Distrital	8	65 205,60	158 177,16	27 810,00	251 192,76	225 342,66
Outros Rendimentos	11.10 e 11.12	6 276,35	19 413,56	4 093,76	29 783,67	23 767,27
Transportes de mercadorias		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Gastos administrativos	5 e 11.11	4 570,73	13 981,68	18 498,57	37 050,98	38 284,48
Gastos de investigação e desenvolvimento		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros Gastos	11.13	844,42	2 298,78	104,76	3 247,96	389,30
Resultado operacional (antes de financiamento e impostos)		12 582,65	-1 308,29	9 236,64	20 511,00	35,14
Gastos de financiamento (líquidos)		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Resultado antes de impostos		12 582,65	-1 308,29	9 236,64	20 511,00	35,14
Imposto sobre o rendimento do período		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Resultado líquido do período		12 582,65	-1 308,29	9 236,64	20 511,00	35,14

A Direcção

O Responsável

CENTRO SOCIAL E PAROQUIAL DO CARVALHIDO
DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA
PERÍODO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2014

Moeda: (Valores em Euros)

RÚBRICAS	NOTAS	DATAS	
		2014	2013
Fluxos de caixa das actividades operacionais - método directo			
Recebimentos de Clientes e Utentes		45 030,34	43 647,63
Pagamentos de subsídios		0,00	0,00
Pagamentos de apoios		0,00	0,00
Pagamentos de bolsas		0,00	0,00
Pagamentos a fornecedores		66 878,32	45 976,87
Pagamentos ao pessoal		140 683,40	148 102,03
Caixa gerada pelas operações		-162 531,38	-150 431,27
Pagamento/recebimento do imposto sobre o rendimento		0,00	0,00
Outros recebimentos/pagamentos		204 224,81	140 473,26
Fluxos de caixa das actividades operacionais (1)		41 693,43	-9 958,01
Fluxos de caixa das actividades de investimento			
Pagamentos respeitantes a:			
Activos fixos tangíveis		4 598,97	0,00
Activos intangíveis		0,00	0,00
Investimentos financeiros		0,00	0,00
Outros activos		0,00	0,00
Recebimentos provenientes de:			
Activos fixos tangíveis		0,00	0,00
Activos intangíveis		0,00	0,00
Investimentos financeiros		0,00	0,00
Outros activos		0,00	0,00
Subsídios ao investimento		0,00	0,00
Juros e rendimentos similares		3 083,92	6 621,55
Dividendos		0,00	0,00
Fluxos de caixa das actividades de investimento (2)		-1 515,05	6 621,55
Fluxos de caixa das actividades de financiamento			
Recebimentos provenientes de:			
Financiamentos obtidos		0,00	0,00
Realização de fundos		0,00	0,00
Cobertura de prejuízos		0,00	0,00
Doações		11 284,91	2 758,85
Outras operações de financiamentos		0,00	0,00
Pagamentos respeitantes a:			
Financiamentos obtidos		0,00	0,00
Juros e gastos similares		0,00	0,00
Dividendos		0,00	0,00
Redução de fundos		0,00	0,00
Outras operações de financiamento		0,00	0,00
Fluxos de caixa das actividades de financiamento (3)		11 284,91	2 758,85
Variação de caixa e seus equivalentes (1+2+3)			
		51 463,29	-577,61
Efeito das diferenças de câmbio			
		0,00	0,00
Caixa e seus equivalentes no início do período			
		129 263,37	26 181,26
Caixa e seus equivalentes no fim do período			
		180 726,66	129 263,37

A Direcção

O Responsável

**CENTRO SOCIAL E PAROQUIAL DO
CARVALHIDO**

Anexo às Demonstrações Financeiras de 2014

Índice

1	Identificação da Entidade.....	3
2	Referencial Contabilístico de Preparação das Demonstrações Financeiras	3
3	Principais Políticas Contabilísticas.....	3
3.1	Bases de Apresentação	3
3.2	Políticas de Reconhecimento e Mensuração	5
4	Políticas contabilísticas, alterações nas estimativas contabilísticas e erros:.....	8
5	Ativos Fixos Tangíveis.....	9
6	Inventários	9
7	Rédito	10
8	Subsídios do Governo e apoios do Governo	10
9	Benefícios dos empregados	10
10	Divulgações exigidas por outros diplomas legais.....	11
11	Outras Informações.....	11
11.1	Clientes e Utentes	11
11.2	Outras contas a receber	11
11.3	Diferimentos	12
11.4	Outros Ativos Financeiros	12
11.5	Caixa e Depósitos Bancários	12
11.6	Fundos Patrimoniais.....	12
11.7	Fornecedores	13
11.8	Estado e Outros Entes Públicos.....	13
11.9	Outras Contas a Pagar.....	13
11.10	Subsídios, doações e legados à exploração	13
11.11	Fornecimentos e serviços externos.....	14
11.12	Outros rendimentos e ganhos	14
11.13	Outros gastos e perdas	14
11.14	Resultados Financeiros.....	14
11.15	Investimento Financeiros.....	15
11.16	Acontecimentos após data de Balanço	15

1 Identificação da Entidade

O CENTRO SOCIAL E PAROQUIAL DO CARVALHIDO é uma instituição sem fins lucrativos, constituída sob a forma de “IPSS” com estatutos publicados no Diário da República, Série III, nº76 de 1 de Abril de 1957.

Tem sede na paróquia do Carvalhido, freguesia do Ramalde no concelho do Porto.

Visa contribuir para a promoção integral de todos os habitantes da Paróquia, coadjuvando os serviços públicos competentes ou as Instituições Privadas, num espírito de solidariedade humana, cristã e social.

2 Referencial Contabilístico de Preparação das Demonstrações Financeiras

Em 2014 as Demonstrações Financeiras foram elaboradas no pressuposto da continuidade das operações a partir dos livros e registos contabilísticos da Entidade e de acordo com a Norma Contabilística e de Relato Financeiro para as Entidades do Sector Não Lucrativo (NCRF-ESNL) aprovado pelo Decreto-Lei n.º 36-A/2011 de 9 de Março. O Anexo II do referido Decreto, refere que o Sistema de Normalização para Entidades do Sector Não Lucrativo é composto por:

- Bases para a Apresentação das Demonstrações Financeiras (BADF);
- Modelos de Demonstrações Financeiras (MDF) – Portaria n.º 105/2011 de 14 de Março;
- Código de Contas (CC) – Portaria n.º 106/2011 de 14 de Março;
- NCRF-ESNL – Aviso n.º 6726-B/2011 de 14 de Março;
- Normas Interpretativas (NI)

3 Principais Políticas Contabilísticas

As principais políticas contabilísticas aplicadas pela Entidade na elaboração das Demonstrações Financeiras foram as seguintes:

3.1 Bases de Apresentação

As Demonstrações Financeiras foram preparadas de acordo com as Bases de Apresentação das Demonstrações Financeiras (BADF)

3.1.1 Continuidade:

Com base na informação disponível e as expectativas futuras, a Entidade continuará a operar no futuro previsível, assumindo que não há a intenção nem a necessidade de liquidar ou de reduzir consideravelmente o nível das suas operações. Para as Entidades do Sector Não

Lucrativo, este pressuposto não corresponde a um conceito económico ou financeiro, mas sim à manutenção da actividade de prestação de serviços ou à capacidade de cumprir os seus fins.

3.1.2 Regime do Acréscimo (periodização económica):

Os efeitos das transacções e de outros acontecimentos são reconhecidos quando eles ocorram (satisfeitas as definições e os critérios de reconhecimento de acordo com a estrutura conceptual, independentemente do momento do pagamento ou do recebimento) sendo registados contabilisticamente e relatados nas demonstrações financeiras dos períodos com os quais se relacionem. As diferenças entre os montantes recebidos e pagos e os correspondentes rendimentos e gastos são registados nas respectivas contas das rubricas “Devedores e credores por acréscimos” e “Diferimentos”.

3.1.3 Consistência de Apresentação

As Demonstrações Financeiras estão consistentes de um período para o outro, quer a nível da apresentação quer dos movimentos contabilísticos que lhes dão origem, excepto quando ocorrem alterações significativas na natureza que, nesse caso, estão devidamente identificadas e justificadas neste Anexo. Desta forma é proporcionada informação fiável e mais relevante para os utentes.

3.1.4 Materialidade e Agregação:

A relevância da informação é afectada pela sua natureza e materialidade. A materialidade depende da quantificação da omissão ou erro. A informação é material se a sua omissão ou inexactidão influenciar as decisões económicas tomadas por parte dos utentes com base nas demonstrações financeiras. Itens que não são materialmente relevantes para justificar a sua apresentação separada nas demonstrações financeiras podem ser materialmente relevantes para que sejam discriminados nas notas deste anexo.

3.1.5 Compensação

Devido à importância dos ativos e passivos serem relatados separadamente, assim como os gastos e os rendimentos, estes não devem ser compensados.

3.1.6 Informação Comparativa

A informação comparativa deve ser divulgada, nas Demonstrações Financeiras, com respeito ao período anterior. Respeitando ao Princípio da Continuidade da Entidade, as políticas contabilísticas devem ser levadas a efeito em toda a Entidade e ao longo do tempo de maneira

consistente. Procedendo-se a alterações das políticas contabilísticas, as quantias comparativas afectadas pela reclassificação devem ser divulgadas, tendo em conta:

- A natureza da reclassificação;
- A quantia de cada item ou classe de itens que tenha sido reclassificada; e
- Razão para a reclassificação.

3.2 Políticas de Reconhecimento e Mensuração

3.2.1 Ativos Fixos Tangíveis

Os “Ativos Fixos Tangíveis” encontram-se registados ao custo de aquisição ou de produção, deduzido das depreciações e das perdas por imparidade acumuladas. O custo de aquisição ou produção inicialmente registado inclui o custo de compra, quaisquer custos directamente atribuíveis às actividades necessárias para colocar os ativos na localização e condição necessárias para operarem da forma pretendida.

Os ativos que foram atribuídos à Entidade a título gratuito encontram-se mensurados ao seu justo valor, ao valor pelo qual estão segurados ou ao valor pelo qual figuravam na contabilidade do doador.

As despesas subsequentes que a Entidade tenha com manutenção e reparação dos ativos são registadas como gastos no período em que são incorridas, desde que não sejam susceptíveis de gerar benefícios económicos futuros adicionais

As depreciações são calculadas, assim que os bens estão em condições de ser utilizados, pelo método da linha recta, em conformidade com o período de vida útil estimado para cada grupo de bens, em sistema de duodécimos.

As taxas de depreciação utilizadas correspondem aos períodos de vida útil estimada que se encontra na tabela abaixo:

Descrição	Vida útil estimada (anos)
Edifícios e outras construções	50 anos
Equipamento básico	6 anos
Equipamento de transporte	5 anos
Equipamento administrativo	6 anos
Equipamento Informático	5 anos
Outros Ativos fixos tangíveis	6 anos

A Entidade revê anualmente a vida útil de cada ativo, assim como o seu respectivo valor residual quando este exista.

O desreconhecimento dos ativos fixos tangíveis, resultantes da venda ou abate são determinados pela diferença entre o preço de venda e valor líquido contabilístico na data de

alienação ou abate, sendo esse valor registado na Demonstração de Resultados nas rubricas “Outros rendimentos e ganhos” ou “Outros gastos e perdas”.

3.2.2 Ativos Intangíveis

Os “Ativos Intangíveis” encontram-se registados ao custo de aquisição, deduzido das amortizações e de eventuais perdas por imparidade acumuladas. São reconhecidos apenas quando for provável que deles advenham benefícios económicos futuros para a Entidade e que os mesmos possam ser mensurados com fiabilidade.

As amortizações são calculadas, assim que os ativos estejam em condições de ser utilizados, pelo método da linha reta, em conformidade com o período de vida útil estimado para cada grupo de bens, em sistema de duodécimos.

As taxas de amortização utilizadas correspondem aos períodos de vida útil estimada que se encontra na tabela abaixo:

Descrição	Vida útil estimada (anos)
Programas de Computador	3 anos

O valor residual de um “Ativo Intangível” com vida útil finita deve ser assumido como sendo zero, excepto se:

Houver um compromisso de um terceiro de comprar o ativo no final da sua vida útil.

3.2.3 Investimentos financeiros

A Lei n.º 70/2013, de 30 de agosto criou dois fundos de compensação do trabalho – O FCT (fundo de compensação do trabalho) e o FGCT (fundo de garantia de compensação do trabalho), com o objetivo de assegurar o direito dos trabalhadores ao recebimento de metade do valor da compensação devida por cessação do contrato de trabalho, determinada nos termos da legislação laboral.

Relativamente às entidades que apliquem o regime consignado no SNC-ESNL as entregas mensais para o FCT, efetuadas pela entidade empregadora, devem ser reconhecidas como um ativo financeiro dessa entidade, mensurado ao custo.

O registo contabilístico do ativo financeiro referido será efetuado na conta “415 – Outros investimentos financeiros” e a eventual valorização gerada pelas aplicações financeiras dos valores do FCT será reconhecida como rendimento na data em que ocorrer o reembolso à entidade empregadora.

3.2.4 Inventários

Os “Inventários” estão registados ao menor de entre o custo de aquisição e o valor realizável líquido. O custo de aquisição inclui as despesas incorridas até ao armazenamento, utilizando-se o FIFO como fórmula de custeio em sistema de inventário intermitente.

3.2.5 Instrumentos Financeiros

Os instrumentos financeiros encontram-se valorizados de acordo com os seguintes critérios:

Fundadores/beneméritos/patrocinadores/doadores/associados/membros

As quotas, donativos e outras ajudas similares procedentes de fundadores, beneméritos, patrocinadores, doadores, associados ou membros, que se encontrem com saldo no final do período, se tenham vencido, e possam ser exigidas pela entidade estão registados no ativo pela quantia realizável.

Clientes e outras contas a Receber

Os “Clientes” e as “Outras contas a receber” encontram-se registadas pelo seu custo estando deduzidas no Balanço das Perdas por Imparidade, quando estas se encontram reconhecidas, para assim retratar o valor realizável líquido.

As “Perdas por Imparidade” são registadas na sequência de eventos ocorridos que apontem de forma objectiva e quantificável, através de informação recolhida, que o saldo em dívida não será recebido (total ou parcialmente). Estas correspondem à diferença entre o montante a receber e respectivo valor actual dos fluxos de caixa futuros estimados, descontados à taxa de juro efectiva inicial, que será nula quando se perspectiva um recebimento num prazo inferior a um ano.

Estas rubricas são apresentadas no Balanço como Ativo Corrente, no entanto nas situações em que a sua maturidade é superior a doze meses da data de Balanço, são exibidas como Ativos não Correntes.

Outros ativos e passivos financeiros

Os instrumentos financeiros cuja negociação ocorra em mercado líquido e regulamentado, são mensurados ao justo valor, sendo as variações reconhecidas deste por contrapartida de resultados do período.

Os custos de transacção só podem ser incluídos na mensuração inicial do ativo ou passivo financeiro, quando mensurados ao custo menos perda por imparidade.

À data de relato a Entidade avalia todos os seus ativos financeiros que não estão mensurados ao justo valor por contrapartida de resultados. Havendo evidência objectiva de que se encontra em imparidade, esta é reconhecida nos resultados. Cessando de estar em imparidade, é reconhecida a reversão.

Os Ativos e Passivos Financeiros são desreconhecidos da forma que se encontra prevista na Norma Contabilística e de Relato Financeiro para Pequenas Entidades (NCRF-PE).

Caixa e Depósitos Bancários

A rubrica “Caixa e depósitos bancários” inclui caixa e depósitos bancários que possam ser imediatamente mobilizáveis sem risco significativo de flutuações de valor.

Fornecedores e outras contas a pagar

As dívidas registadas em “Fornecedores” e “Outras contas a pagar” são contabilizadas pelo seu valor nominal.

3.2.6 Fundos Patrimoniais

A rubrica “Fundos” constitui o interesse residual nos ativos após dedução dos passivos.

Os “Fundos Patrimoniais” são compostos por:

- Fundos atribuídos pelos fundadores da Entidade ou terceiros;
- Fundos acumulados e outros excedentes;
- Subsídios, doações e legados, que o governo ou outro instituidor ou a norma legal aplicável a cada entidade estabeleçam que sejam de incorporar no mesmo.

3.2.7 Impostos Sobre o Rendimento

Nos termos da alínea b) do n.º 1 do art.º 10 do Código do Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Colectivas (CIRC) estão isentos de Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Colectivas (IRC) as instituições particulares de solidariedade social e Entidades anexas, bem como as pessoas colectivas àquelas legalmente equiparadas.

4 Políticas contabilísticas, alterações nas estimativas contabilísticas e erros:

Não se verificaram quaisquer efeitos resultantes de alteração voluntária em políticas contabilísticas.

5 Ativos Fixos Tangíveis

Outros Ativos Fixos Tangíveis

A quantia escriturada bruta, as depreciações acumuladas, a reconciliação da quantia escriturada no início e no fim dos períodos de 2013 e de 2014, mostrando as adições, os abates e alienações, as depreciações e outras alterações, foram desenvolvidas de acordo com o seguinte quadro:

Descrição	31/12/2013	Adições	Abate	Transferência	31/12/2014
Edifícios e Outras Construções	1 177,16				1 177,16
Equipamento Básico	67 748,72	4 168,98			71 917,70
Equipamento Administrativo	15 440,60				15 440,60
Outros Activos Fixos Tangíveis	1 885,11				1 885,11
Activo Tangível Bruto	86 251,59	4 168,98	0,00	0,00	90 420,57
Depreciações Acumuladas					
Edifícios e Outras Construções	1 177,16				1 177,16
Equipamento Básico	67 838,66	607,23			68 445,89
Equipamento Administrativo	15 307,98				15 307,98
Outros Activos Fixos Tangíveis	1 885,11				1 885,11
Depreciações Acumuladas	86 208,91	607,23	0,00	0,00	86 816,14
Activo Tangível Líquido	42,68	3 561,75	0,00	0,00	3 604,43

6 Inventários

Em 31 de Dezembro de 2014 e de 2013 a rubrica “Inventários” apresentava os seguintes valores:

Rubricas	31/12/2014	31/12/2013
Matérias-primas, subsidiárias e de consumo	51,72	74,42
Total	51,72	74,42

No que concerne à quantia de “Inventários” de géneros alimentares reconhecida como gasto durante os períodos findos em 31 de Dezembro de 2014 e 2013, detalham-se conforme segue:

Movimentos	2014	2013
	Matérias-primas, subsidiárias e de consumo	Matérias-primas, subsidiárias e de consumo
Saldo Inicial	74,42	215,29
Compras	2 692,19	8 949,60
Doações	12 694,83	8 955,50
Saldo Final	51,72	74,42
Gastos do Período	15 409,72	18 045,97

7 Rédito

Para os períodos de 2014 e 2013 foram reconhecidos os seguintes Réditos:

Rubricas	31/12/2014	31/12/2013
Prestação de Serviços	45 156,15	43 695,18
Quotas do Utilizadores	45 156,15	43 695,18
Outros Rendimentos e Ganhos	2 609,53	1 419,45
Outros	2 609,53	1 419,45
Juros	3 083,92	10 281,27
Depósitos Bancários	533,92	396,55
Outras Aplicações	2 550,00	9 884,72
Total	50 849,60	55 395,90

8 Subsídios do Governo e apoios do Governo

A 31 de Dezembro de 2014 e 2013, a Entidade tinha os seguintes saldos nas rubricas de "Subsídios do Governo" e "Apoios do Governo":

Descrição	2014				2013		
	Natureza	Capitais Próprios	Passivo	Demonstração de Resultados	Capitais Próprios	Passivo	Demonstração de Resultados
ISS, IP (dotação)	Não Reembolsável			251 192,76			225 342,66
Total		0,00	0,00	251 192,76	0,00	0,00	225 342,66

9 Benefícios dos empregados

O número de membros do órgão diretivo é 5 elementos. Este número manteve-se inalterado durante os anos de 2014 e 2013. A 19 de Dezembro de 2013 foram nomeados os novos corpos gerentes da instituição, tendo sido reconduzido no cargo de presidente do Conselho de Administração o Cónego Alfredo Leite Soares.

O Conselho de Administração passou e ter a seguinte composição:

- Presidente: Cónego Alfredo Leite Soares
- Vogal: Humberto Fernando Martins de Oliveira
- Vogal: Duarte Artur Pereira Camarate Santos
- Vogal: Ana Maria de Abreu Morais Barros Fernandes
- Vogal: Joaquim Augusto Coelho da Silva

O número médio de pessoas ao serviço da Entidade durante os exercícios de 2014 e 2013 foi de 16 e 17 colaboradores respetivamente.

Os gastos que a Entidade incorreu com os funcionários foram os seguintes:

Descrição	2014	2013
Remunerações ao pessoal	183 064,36	194 253,41
Indemnizações	0,00	233,24
Encargos sobre as Remunerações	38 767,29	40 338,41
Seguros de Acidentes no Trabalho e Doenças Profissionais	1 437,12	1 207,66
Outros Gastos com o Pessoal	325,00	17,50
Total	223 593,77	236 050,22

10 Divulgações exigidas por outros diplomas legais

A Entidade não apresenta dívidas ao Estado em situação de mora, nos termos do Decreto-Lei 534/80, de 7 de Novembro.

Informa-se que a situação da Entidade perante a Segurança Social se encontra regularizada dentro dos prazos legalmente estipulados.

11 Outras Informações

De forma a uma melhor compreensão das restantes demonstrações financeiras, são divulgadas as seguintes informações:

11.1 Clientes e Utentes

No que respeita a mensalidades por receber em 31 de Dezembro de 2014 e 2013 o saldo era o seguinte:

Descrição	2014	2013
Clientes e Utentes		
Utentes	0,00	25,00
Total	0,00	25,00

11.2 Outras contas a receber

A rubrica "Outras Contas a Receber" tinha, em 31 de Dezembro de 2014 e 2013, a seguinte decomposição:

Descrição	2014	2013
Outra Contas a Receber		
BPI	0,00	200,00
Total	0,00	200,00

11.3 Diferimentos

Em 31 de Dezembro de 2014 e 2013, a rubrica “Diferimentos” englobava os seguintes saldos:

Descrição	2014	2013
Gastos a Reconhecer		
Rendas Antecipadas	1 400,00	1 400,00
Obras Remodelação	1 840,85	3 681,68
Outros Serviços	772,08	734,91
Seguros	1 194,09	0,00
Total	5 207,02	5 816,59
Rendimentos a Reconhecer		
Mensalidades Creche	177,94	136,20
Mensalidades JI	559,50	612,05
Total	737,44	748,25

11.4 Outros Ativos Financeiros

A Entidade detinha, em 31 de Dezembro de 2014 e 2013, investimentos em outros ativos financeiros:

Descrição	31/12/2014	31/12/2013
Banif - Titulos	3 381,30	40 000,00
Total	3 381,30	40 000,00

11.5 Caixa e Depósitos Bancários

A rubrica de “Caixa e Depósitos Bancários”, a 31 de Dezembro de 2014 e 2013 encontrava-se com os seguintes saldo:

Descrição	31/12/2014	31/12/2013
Caixa e Depósitos Bancários		
Caixa	360,53	360,43
Depósitos à Ordem	30 688,21	68 725,02
Depósitos a Prazo	149 677,92	60 177,92
Total	180 726,66	129 263,37

11.6 Fundos Patrimoniais

Nos “Fundos Patrimoniais” ocorreram as seguintes variações:

Descrição	Saldo Inicial	Aumentos	Diminuições	Saldo Final
Fundos	3 811,21			3 811,21
Resultados Transitados	130 726,72	35,14		130 761,86
Total	134 537,93	35,14	0,00	134 573,07

11.7 Fornecedores

O saldo da rubrica de “Fornecedores” é discriminado da seguinte forma:

Descrição	2014	2013
Fornecedores c/c		
Fornecedores	186,96	557,83
Total	186,96	557,83

11.8 Estado e Outros Entes Públicos

A rubrica de “Estado e outros Entes Públicos” está dividida da seguinte forma:

Descrição	2014	2013
Activo		
IVA a recuperar	429,99	0,00
Total	429,99	0,00
Passivo		
Retenções na Fonte - IRS	1 579,00	1 769,00
Segurança Social	4 153,47	4 843,35
FCT e FGCT	5,05	0,00
Total	5 737,52	6 612,35

11.9 Outras Contas a Pagar

A rubrica “Outras contas a pagar” desdobra-se da seguinte forma:

Descrição	2014		2013	
	Não Corrente	Corrente	Não Corrente	Corrente
Credores por Acréscimo de		31 663,69		32 777,81
Remunerações a Liquidar		31 267,15		32 544,53
Outras despesas diferidas		396,54		233,28
Outros Credores				
Outros Credores		0,00		152,75
Total	0,00	31 663,69	0,00	32 930,56

11.10 Subsídios, doações e legados à exploração

A Entidade reconheceu, nos períodos de 2014 e 2013, os seguintes subsidio, doações, heranças e legados:

Descrição	2014	2013
Subsídios do Estado e Outros	251 192,76	225 342,66
Doações e heranças	24 090,22	12 066,55
Total	275 282,98	237 409,21

Os “Subsídios e Apoios do Governo” estão divulgados de forma mais exaustiva na Nota 8.

11.11 Fornecimentos e serviços externos

A repartição dos “Fornecimentos e Serviços Externos” nos períodos findos em 31 de Dezembro de 2014 e de 2013 foi a seguinte:

Descrição	2014	2013
Fornecimento refeições	26 319,15	0,00
Serviços especializados	7 800,21	6 752,98
Materiais	1 620,98	1 519,39
Energia e fluídos	5 659,22	9 394,88
Deslocações e estadas	41,75	100,90
Serviços diversos	21 239,98	18 794,46
Encargos com Utentes	81,61	1 201,00
Total	62 762,90	37 763,61

11.12 Outros rendimentos e ganhos

A rubrica de “Outros rendimentos e ganhos” encontra-se dividida da seguinte forma:

Descrição	2014	2013
Outros Rendimentos e Ganhos	2 609,53	1 419,45
Juros Obtidos	3 083,92	10 281,27
Total	5 693,45	11 700,72

11.13 Outros gastos e perdas

A rubrica de “Outros gastos e perdas” encontra-se dividida da seguinte forma:

Descrição	2014	2013
Outros Gastos e Perdas	3 247,96	389,30
Total	3 247,96	389,30

11.14 Resultados Financeiros

Nos períodos de 2014 e 2013 foram reconhecidos os seguintes gastos e rendimentos relacionados com juros e similares:

Descrição	2014	2013
Juros e gastos similares suportados		
Juros Suportados	0,00	0,00
Total	0,00	0,00
Juros e rendimentos similares obtidos		
Juros obtidos	3 083,92	10 281,27
Total	3 083,92	10 281,27
Resultados Financeiros	3 083,92	10 281,27

11.15 Investimento Financeiros

Nos períodos de 2014 e 2013, a Entidade detinha os seguintes “Investimentos Financeiros”:

Descrição	2014	2013
Outros investimentos Financeiros		
FCT	8,56	0,00
Total	8,56	0,00

Estes investimentos financeiros correspondem às entregas por parte da entidade para o FCT – Fundo Compensação do Trabalho.

11.16 Acontecimentos após data de Balanço

Não são conhecidos à data quaisquer eventos subsequentes, com impacto significativo nas Demonstrações Financeiras de 31 de Dezembro de 2014.

Após o encerramento do período, e até à elaboração do presente anexo, não se registaram outros factos susceptíveis de modificar a situação relevada nas contas.

Porto, 28 de Maio de 2015

O Técnico Oficial de Contas

A Direcção